

ÁREA TEMÁTICA DO ARTIGO: APG3 Administração pública, governo e terceiro setor

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA.

RESUMO: Tem como tema as políticas públicas educacionais, com ênfase para o efeito destas em uma escola pública. A temática parte dos questionamentos às efetivas aplicações das políticas públicas e a importância da avaliação dos efeitos a quem são direcionadas. O objetivo geral é “Contribuir para a compreensão das políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público e agregar ao debate questões vividas pelos professores pela institucionalização das ações inerentes a estas políticas”. Os objetivos específicos são coletar elementos e informações que possibilitem análise da realidade educacional e suas dificuldades; analisar se os dados e informações obtidos podem subsidiar políticas públicas e ações educacionais na gestão da educação; propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne a aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas. Artigo teórico-empírico, realizado inicialmente com a coleta de material bibliográfico e posterior estudo de caso em uma escola pública, com aplicação de questionário formado por perguntas abertas, sendo os dados analisados a partir da metodologia da análise de conteúdo.

Palavras chave: Políticas Públicas Educacionais; Escola Pública; Avaliação.

ABSTRACT : This article preludes an analyses to gender centered public policies presented in the context of the City Council of Itajaí, as a method to reflect on the roles of gender that we reproduce in our society. Therefore, the analyses took place surrounding the concepts to be discussed in this project, attributed to policies and the definitions of gender, established during the theoretical framework section by different scholars in varied areas of study, in addition to a data collection held through the use of the Itajaí City Council’s computer-based system, as to establish a parallel between the object of this study and the transformative power of the public policies in our social and cultural environment. In conclusion, the research demonstrates the existence of gender centered policies in Itajaí’s Legislative Power, in the most diverse areas of action regulated by the Executive Power, with the intent to mitigate inequalities, and also listing a few recommendations, according to the orientation of International Organizations.

Keywords: Public Policies Gender; Municipal Legislative Power; Inequalities.

INTRODUÇÃO

O tema se refere às políticas públicas, temática importante nos dias atuais, devido à necessidade de avaliação, no que diz respeito à efetividade das ações relacionadas às políticas públicas do Estado.

Ao definir políticas públicas, Teixeira (2002), diz se tratar de princípios norteadores; regras; diretrizes; e procedimentos, os quais são direcionados para as relações entre a sociedade e o Governo, e devem ser formuladas e explicitadas em programas ou leis, que orientam as ações na aplicação de recursos. Neste contexto, entende-se sociedade como “um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciado, que interagem continuamente, a fim de satisfazer às suas necessidades” (RUA, 2014, p.12). Contudo, por vezes, estas ações não são exatamente as proclamadas em documentos, programas ou leis, ocorrendo omissões; descaso; e ineficácia, por parte dos atores públicos, que deveriam promover a efetiva implementação de tais políticas públicas.

Entende-se como atores públicos, “aqueles que exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a estas funções, podendo ser os burocratas, que apresentam funções técnicas na gestão pública e os políticos, que exercem mandatos eletivos (RUA, 2014)”. Neste contexto, a avaliação dos impactos das políticas públicas é de grande importância, tanto ao Governo, quanto a sociedade civil, pois como salientam Ramos e Schabbach (2012), a avaliação de políticas públicas é essencial para o Estado, sendo alvo de estudos, que verificam a eficácia e o impacto das mesmas em diferentes áreas sociais.

A avaliação de políticas públicas, de acordo com Rua (2014, p.103), consiste no exame “de quaisquer intervenções planejadas na realidade, baseadas em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informações sobre seu conteúdo; estrutura; processo; resultados; ou impactos”, evidenciando que os impactos das políticas públicas devem ser verificados junto ao público ao qual são destinadas.

Com base nessas considerações, o tema do presente artigo, se encontra delimitado em relação à área educacional, verificando-se os impactos que as políticas públicas educacionais trazem para uma escola pública, com ênfase a efetividade e efeitos aos atores escolares.

As políticas públicas educacionais, conforme Freire (2019) são as responsáveis pela execução de políticas educacionais, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a partir do qual surgem ações como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional da Educação – FUNDEB; o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; os quais são as principais políticas implementadas, no sentido de trazer melhorias para o ensino na educação pública.

Neste sentido, o objetivo geral é “Contribuir para a compreensão das políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público e agregar ao debate questões vividas pelos professores pela institucionalização das ações inerentes a estas políticas”. Assim, o problema de pesquisa pode ser elaborado da seguinte forma: Quais os efeitos das políticas públicas educacionais no Centro Educacional Municipal Presidente Médici do município de Balneário Camboriú – SC?

Os objetivos específicos são: 1º) coletar elementos e informações que possibilitassem análise da realidade educacional e suas dificuldades; 2º) analisar se os dados e informações obtidos podem subsidiar políticas públicas e ações educacionais na gestão da educação e 3º) propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas.

O estudo tem como justificativa, o fato de que entender as políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público e questões vividas pelos professores devido a estas políticas se mostram de grande importância na sociedade atual, visto que são muitas as políticas públicas lançadas pelos Governos, mas que nem sempre as ações resultam em benefícios efetivos para a sociedade. Justifica-se também, por proporcionar informações ao acadêmico, sobre de que forma devem ser verificados os efeitos das políticas públicas educacionais, uma vez que certamente, em sua futura vida profissional, atuando na área de gestão pública, terá que atuar em relação a esta temática e poderá servir como referência e fonte de dados para futuros estudos.

O artigo se encontra estruturado em cinco seções: a introdução, que apresenta as considerações iniciais; fundamentação teórica; metodologia; análise dos dados e

discussão; conclusão; e por fim as referências, que serviram de base para a elaboração desta pesquisa.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas são fundamentais para os municípios, pois promovem melhorias em diversas áreas sociais, como segurança; saúde; habitação; educação; entre outros.

Ao referir-se sobre as demandas que podem levar ao surgimento de políticas, Rua (2014, p.28), admite que possam ser:

[...] reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social etc. Ou, ainda, demandas de participação no sistema político, como reconhecimento do direito de voto dos analfabetos, acessam a cargos públicos para estrangeiros, organização de associações políticas, etc. Ou, demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, de estabelecimento de normas para os agentes públicos e privados, etc.

Silva (2017) lembra que as políticas públicas trazem impactos para as pessoas, já que resultam em ações por parte do Estado, com vistas a atender demandas específicas da sociedade, sendo que as políticas públicas educacionais estão relacionadas à educação escolar, promovendo formas de regulação; promoção; orientação; apoio técnico e científico, no que se refere aos sistemas de ensino.

Considera Teixeira (2002), que as políticas públicas educacionais, em relação às suas modalidades, podem ser classificadas quanto aos impactos que levam aos destinatários, como regulatórias; distributivas; e redistributivas, sendo que: regulatórias – definem procedimentos ou regras para regular como os atores devem se comportar, com vistas ao atendimento das necessidades sociais específicas, não tendo o objetivo de trazer benefícios para determinados grupos; distributivas – tem o objetivo principal de promover a distribuição de benefícios específicos, sejam eles individuais ou coletivos, para determinados grupos sociais, sendo que esta modalidade tende a ser instrumentalizada pelo clientelismo; redistributivas – tem a capacidade de redistribuir recursos para determinados grupos da sociedade, com o fim de promover maior equidade, retirando benefícios ou recursos de um grupo, para beneficiar outros grupos, por isso, tende a gerar conflitos.

Rua (2014, p.103), argumenta que “o conflito é uma modalidade de interação social envolvendo indivíduos, grupos, organizações e coletividades. O conflito implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos”, sendo que estes recursos podem ser materiais ou subjetivos, como prestígio social, *status* social, entre outros.

Freire (2019) cita como políticas públicas educacionais do Ministério da Educação – MEC, o FNDE e FUNDEB, que visam melhorias para a educação pública nos municípios, ressaltando que a educação no Brasil foi municipalizada e estadualizada, com transferência de responsabilidades da União para estados e municípios, mas nem sempre há uma distribuição justa dos recursos que possibilite atender os gastos ligados à educação nas escolas.

Face a isso, nota-se que as verificações dos impactos das políticas públicas educacionais são de grande importância para a educação, pois orientam os sistemas de ensino, regulando e melhorando a qualidade educacional nos municípios, sendo que a seguir discute-se sobre os principais programas relacionados.

2.1.FNDE

Trata-se de um fundo criado pelo Governo Federal, com vistas ao financiamento de programas para a educação.

De acordo com Castro (2001), em 1969, a partir da Lei n. 872/1969, surge o FNDE, para captar e promover recursos para financiar programas destinados à educação, nos setores de pesquisa; ensino; transporte e material escolar; alimentação; currículos; e livros didáticos; de acordo com as diretrizes do planejamento educacional, promovendo orientações; apoiando e avaliando resultados de sua implementação; e buscando levar formação cidadã à comunidade escolar, gerenciando importante fonte de recursos, que é o Salário Educação.

Verifica-se que o FNDE é importante no contexto educacional, devido à promoção de recursos para o ensino; material escolar; livros didáticos; entre outros, sendo que os resultados deste programa são avaliados para verificação de seus resultados.

2.2 PDE

Se refere a um programa que visa ampliar a qualidade da educação, estando relacionado com um período, no qual buscava-se prioritariamente o desenvolvimento socioeconômico do país.

Neste contexto, Dantas *et al.* (2015), elucida que o PDE, teve origem em 2007, visando atingir a qualidade na educação, a partir do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sendo composto por 30 ações; apoio financeiro e técnico do Estado, devendo a escola cumprir determinadas metas, havendo a participação dos empresários locais.

Ressalta-se que das 30 ações elencadas pelo PDE, 17 delas são destinadas para a educação básica, como o FUNDEB; e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (SAVIANI, 2007), sendo que na sequência passa-se a uma breve descrição destes programas, os quais têm a função de trazer melhorias para a educação básica, em relação ao ensino-aprendizagem, profissionais de educação e alunos.

Desta forma, observa-se que o PDE busca melhorias na qualidade educacional, em parceria com os setores empresariais, estando vinculado ao desenvolvimento socioeconômico do país, composto por metas e ações específicas, que devem ser realizadas pelas escolas.

2.3 FUNDEB

Foi criado para trazer maior valorização aos profissionais da educação, bem como corrigir desigualdades ligadas a distribuição de verbas para as escolas no Brasil.

Segundo Freire (2019), no ano de 2007, o FUNDEF, que vigorou de 1997 até 2006, foi substituído pelo FUNDEB, que atua a partir da educação infantil até o ensino médio. O FUNDEB passou a dispor de recursos federais, ampliando-se as verbas para a educação básica; diminuindo-se as desigualdades na educação; e aumentando-se

o salário dos professores. Contudo, este aumento só existiu nos anos iniciais, visto que após este período, os municípios não dispuseram de recursos suficientes para promover os aumentos exigidos pelo Governo Federal, que obrigava estados e municípios a investir na valorização do professor e manutenção das escolas.

Assim, entende-se que o FUNDEB prometeu a promoção de melhor distribuição dos financiamentos da educação básica, fundindo os recursos estaduais e municipais, ficando a União, responsável em complementar os valores gastos por aluno, caso os estados e municípios não obtivessem verbas suficientes.

2.4 PDDE

Este programa visa trazer mais autonomia para as escolas, no que se refere ao emprego das verbas destinadas a custear as mesmas.

Oliveira e Lima (2015) entendem que o PDDE, teve seu início no ano de 1998, a partir da Medida Provisória n. 1.784, objetivando promover mais autonomia para o emprego, pelas escolas da educação básica, das verbas do programa, junto às suas despesas. O recurso anual é enviado para contas de Associações de Pais, Mestres e Funcionários, conforme o número de alunos de que a unidade dispõe.

Percebe-se que a principal característica do PDDE é a busca pela descentralização, o que resulta em maior autonomia para as escolas, que passam a dispor da possibilidade de verificar suas necessidades e empregar os recursos com mais eficácia e rapidez.

Contudo, como comenta Teixeira (2002, p.8):

Quanto à educação, a descentralização não andou muito. Houve algum avanço, a exemplo da gestão da merenda escolar, mesmo que sem repasse automático de recursos; transferência da rede de escolas técnicas; e algumas experiências de descentralização em municípios. Mas permanece a centralização institucional, com os recursos centralizados FNDE e na Fundação de Apoio ao Estudante e utilizados ao sabor das conveniências político-eleitorais e da resistência dos burocratas. A indefinição de competências entre os poderes tem levado os municípios a atuar nos vários níveis.

Ao fazer uma crítica ao modelo de descentralização, Rua (2014, p.44), acrescenta:

[...] a transferência de atribuições visando ganhos de eficiência, agora incorpora a dimensão de redistribuição do poder, favorecendo a democratização das relações entre o Estado e a sociedade, mediante novas modalidades de arranjos decisórios – especialmente os conselhos – e novos padrões de acesso aos serviços.

Neste sentido, entende-se que a busca pela descentralização, buscada pelo PDDE ainda se mostra insipiente, devendo haver maior mobilização neste sentido, para que de fato a escola possa se tornar autônoma, colaborando com a qualidade do ensino; transparência e eficácia no emprego das verbas. A seguir, passa-se a uma discussão sobre o PNAE, um programa que trouxe mais garantia de verbas para a alimentação dos alunos na escola, promovendo maior grau de autonomia no que se refere à gestão de tais recursos.

2.5 PNAE

Tem como objetivo, promover recursos para a alimentação dos alunos nas escolas.

Para Freire (2019), o PNAE foi criado com o fim de promover melhor gerenciamento na distribuição de verba pública destinada a alimentação escolar dos alunos do ensino básico.

Santos; Costa e Bandeira (2016) definem que o PNAE, diz respeito a um programa complementar a educação, o qual fornece recursos para a alimentação de alunos das escolas públicas, considerando-se que a alimentação é a base para atingir os objetivos do programa, buscando garantir que os alunos recebam alimentação.

Dessa maneira, nota-se que o programa busca a garantia dos recursos para a alimentação dos alunos da escola pública, pois sem uma alimentação equilibrada, não é possível obter um bom rendimento na aprendizagem.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um artigo teórico-empírico e inicialmente efetuou-se a coleta e análise de material bibliográfico, para em seguida, realizar-se um estudo de caso.

Com relação à abordagem, esta pesquisa caracteriza-se pela utilização de duas perspectivas de enfoque dos objetos, a saber, a qualitativa e a quantitativa. A abordagem qualitativa foi utilizada por meio dos questionários abertos com discentes. Com relação à abordagem quantitativa, se refere a análise de conteúdo dos participantes da pesquisa.

A abordagem qualitativa, conforme Bogdan e Bilken (1994), envolve a coleta de dados descritivos em relação ao fenômeno investigado, dando-se mais ênfase ao processo de constituição do que o produto final obtido com a pesquisa.

O presente trabalho também é definido, de acordo com seus objetivos, como descritivo, sendo que conforme Malhotra (1996), a pesquisa de caráter descritivo, pode ser conduzida, a partir da coleta de dados em entrevistas, questionários, ou pesquisa bibliográfica, visando determinar crenças; atitudes; opiniões; fatos; processos; entre outras variáveis. O estudo também pode ser definido quanto aos procedimentos, como bibliográfico e documental, sendo que desta forma foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, conforme Lakatos e Marconi (2003), consiste no levantamento de bibliografias sobre um assunto, buscando explicar um problema, a partir de referências teóricas. Desta maneira, foi empregada uma abordagem exploratória, que segundo Gil (2002), promove maior flexibilidade em seu planejamento, buscando possibilitar a consideração de diversos aspectos sobre o fenômeno, podendo envolver estudo de caso. Neste sentido, este trabalho faz uso também da metodologia estudo de caso, que de acordo com Yin (2015), possibilita fornecer explicações, no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto. Os sujeitos da pesquisa se referem a 10 professores do Centro Educacional Municipal Presidente Médici do município de Balneário Camboriú – SC, sendo que os critérios para participar são de que tenham, no mínimo, 03 anos de experiência.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi feita no Centro Educacional Municipal Presidente Médici, situado na Rua Paraguai, 1005, O Centro Educacional Municipal Presidente Médici, situado na Rua Paraguai, 1005, atualmente, a escola possui 34 turmas com um total de 1050 alunos do ensino fundamental, oferecendo vagas para todos os anos no período matutino e vespertino.

Os sujeitos foram contatados a partir de ligações telefônicas, sendo os questionários enviados por e-mails, os quais posteriormente foram devolvidos com as respostas.

Para analisar os dados foi empregada a metodologia da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2006), se refere a uma técnica de análise das comunicações, que usa procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, obtendo-se conhecimentos em relação às condições de produção e recepção, recorrendo-se a indicadores, quantitativos ou não.

Para Freitas; Cunha e Moscarola (1997), a análise de conteúdo é uma técnica que exige alto grau de paciência; dedicação; e tempo do investigador, que precisa fazer uso da imaginação e intuição, para definir com clareza as categorias, sendo que esta metodologia tem sido muito empregada em pesquisas qualitativas relacionadas à área de gestão.

Assim, a partir das falas dos respondentes, foram formadas categorias que evidenciam os destaques referentes aos efeitos das políticas públicas na escola participante da pesquisa.

Para a apresentação dos dados, os mesmos foram tabulados e analisados com o auxílio da ferramenta Excel, sendo gerados quadros. Desse modo, uma vez tabuladas, tanto as questões objetivas quanto as abertas, possibilitaram visualizar as respostas e interpretá-las, apreender seus significados, verificar as semelhanças e divergências, sendo possível traçar um paralelo com a construção teórica, em conformidade com os objetivos da pesquisa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados com a aplicação do questionário foram organizados a partir da técnica da análise de conteúdo, a qual, conforme Bardin (2006) consiste em verificar a ocorrência de repetições de palavras com bastante frequência, perante as falas dos pesquisados, o que leva a uma compreensão do pensamento dos sujeitos, por meio do conteúdo apresentado no texto, sendo que estas repetições expressas nos quadros a seguir, são denominadas “temas”, e os exemplos de respostas são agrupados nas seguintes categorias:

- Categoria 1: Entendimento do papel do FNDE.
- Categoria 2: Entendimento do FUNDEB.
- Categoria 3: Percepção da efetividade do desempenho do FNDE e FUNDEB.
- Categoria 4: Conhecimento da implementação do FUNDEB na escola.
- Categoria 5: Suficiência das verbas da educação básica.
- Categoria 6: Entendimento sobre o PNAE.
- Categoria 7: Funcionamento do PNAE.

As categorias são apresentadas nos quadros 1 a 7, sendo que o quadro 1, apresenta a categoria 1 e exemplos de respostas obtidas em relação a seguinte

pergunta: “Em seu entendimento, qual o papel do FNDE?”.

Quadro 1 – Categoria 1: Entendimento do papel do FNDE

TEMA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS OBTIDAS
Suporte financeiro	<p>“Oferecer suportes financeiro e técnico para os municípios, buscando a melhoria da qualidade da educação [...]”.</p> <p>“Dar suporte financeiro e técnico para os municípios, tendo em vista a melhor qualidade da educação”.</p> <p>“Fornecer suporte financeiro para as instituições de ensino para fins de melhoria na qualidade da educação”.</p>
Recursos	<p>“O papel do FNDE é a obtenção de recursos que tem o objetivo de realizar o financiamento de programas educacionais”.</p> <p>“Captar recursos para financiar o ensino e pesquisa”.</p> <p>“[...] promover recursos para o ensino, como livros, materiais escolares, merenda [...]”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Se constata, a partir do Quadro 1, que os respondentes entendem que o FNDE tem, principalmente, o papel de promover recursos financeiros para a educação.

Ao referir-se sobre o FNDE, Castro (2001), afirma que este tem o papel de promover a captação de recursos financeiros para financiar projetos e programas ligados a educação, em relação a áreas como alimentação, material escolar, ensino, planejamento, entre outros.

O Quadro 2, apresenta as respostas relacionadas ao questionamento sobre o entendimento dos respondentes, no que se refere ao FUNDEB.

Quadro 2 – Categoria 2: Entendimento do FUNDEB

TEMA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS OBTIDAS
Valorização do professor	<p>“Analisar e distribuir recursos para a valorização do professor e manter a educação básica”.</p> <p>“Busca a valorização dos professores através da distribuição de recursos”.</p> <p>“O FUNDEB tem o objetivo de promover maior valorização dos profissionais da educação”.</p>
Educação Básica	<p>“Fundo destinado a manter e desenvolver a educação básica [...]”.</p> <p>“Entendo que o FUNDEB tem o papel de distribuir com justiça os recursos financeiros da educação básica [...]”.</p> <p>“Realizar ações para a educação básica [...]”.</p>
Melhoria da educação	<p>“Fundo financeiro destinado à melhoria da educação no país, através de incentivos na comunidade escolar”.</p> <p>“Visa trazer melhorias para a educação pública”.</p> <p>“Tem o papel de melhorar a educação pública nos municípios [...]”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Observa-se no Quadro 2, que segundo os respondentes, FUNDEB, tem como papel, valorizar os professores, sendo direcionado para a educação básica, buscando trazer melhorias para a educação pública nos municípios brasileiros.

Como informa Freire (2019), a atuação do FUNDEB, é desde a educação

infantil até o ensino médio, realizando a distribuição de recursos financeiros para melhorar a remuneração dos professores, bem como a qualidade da educação.

Na terceira categoria, são expostas as percepções dos respondentes, no que diz respeito à efetividade do desempenho do FNDE e FUNDEB na escola onde atuam.

Quadro 3 – Categoria 3: Efetividade do desempenho do FNDE e FUNDEB na escola.

TEMA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS OBTIDAS
Sim	“Sim, existem conselhos criados especificamente para esse fim”. “Sim. Efetivamente”. “Sim. Há pessoas que cuidam desta área”.
Não	“De forma efetiva acho que não, pois pode melhorar [...]”. “Creio que determinadas ações não são efetivas, principalmente no que se refere à valorização dos profissionais da educação”. “Acho que não, pois tenho conhecimento de que algumas escolas cujas os recursos do município não são suficientes [...]”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Nota-se no Quadro 3, que apesar da pesquisa focar em uma escola, existem visões diferenciadas sobre se o FNDE e o FUNDEB tem desempenhado seus papéis de forma efetiva na escola onde os respondentes atuam, o que denota a necessidade de avaliações mais precisas sobre estes programas.

Para Ramos e Schabbach (2012, p.1272), “a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade da ação do Estado”, sendo que a divulgação destas avaliações pode trazer maior entendimento aos profissionais de educação, sobre a efetividade de políticas públicas.

A quarta categoria evidencia o conhecimento dos respondentes acerca da implementação das políticas relacionadas ao FNDE e FUNDEB na escola onde atuam, sendo questionado se os mesmos tinham conhecimento de como estas políticas foram implementadas em sua escola e se sim, que descrevessem esta implementação.

Quadro 4 – Categoria 4: Conhecimento da implementação do FNDE e FUNDEB na escola

TEMA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS OBTIDAS
Sim	“Sim. Através do novo plano de carreira do magistério”. “Sim. Foram através do novo plano de carreira da educação”. “Sim. Por meio da alimentação e livros didáticos”.
Não	“Não. Não percebi melhorias relacionadas ao FUNDEB e FNDE na escola”. “Não tenho conhecimento sobre como foram implementadas na escola onde atuo, pois não faço parte dos conselhos [...]”. “Não, mas sei que a política de valorização dos professores não foi implementada com efetividade”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Evidente destacar que no Quadro 4, os principais temas encontrados nas respostas dos participantes da pesquisa são “Sim” e “Não”, evidenciando novamente

a discordância entre os membros de uma mesma escola.

O Quadro 5 apresenta algumas respostas obtidas quando feita a seguinte pergunta aos participantes da pesquisa: “Você acha que as verbas para políticas públicas destinadas a educação básica são suficientes?”

Quadro 5 – Categoria 5: Suficiência das verbas para a educação básica

TEMA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS OBTIDAS
Não	<p>“Não. Porque as verbas não são suficientes para manter as unidades de ensino”.</p> <p>“Não. Deveria melhorar a distribuição de renda.”</p> <p>“Não. Em alguns setores como transporte e material escolar existe muita precariedade.”</p>
Sim	<p>“Podem ser suficientes apenas para evitar o sucateamento das escolas, se bem que já ouvi falar de escolas em situação bem precária [...]”.</p> <p>“Suficientes para a manutenção básica, mas deve haver melhorias mais significativas”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Como pode-se observar no Quadro 5, foram encontradas insatisfações no que se refere à suficiência das verbas destinadas à escola, sendo que aqueles que responderam “sim”, são suficientes, o fizeram com algumas ressalvas específicas.

Nos dizeres de Barone (1999), ações para implementar reformas na educação são oriundas de decisões políticas, articuladas para diferentes cenários, sendo que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dispõe que deve haver flexibilidade na organização do ensino. Mas na prática, a interferência do governo no financiamento para a educação, não colabora com a efetiva descentralização do ensino fundamental, fazendo com que ocorram ineficiências na transferência de verbas advindas do FUNDEB.

Sobre a sexta categoria, esta se refere à verificação do entendimento dos respondentes sobre o PNAE. O Quadro 6 mostra as respostas referentes a esta categoria.

Quadro 6 – Categoria 6: Entendimento sobre o PNAE

TEMA	EXEMPLOS DE RESPOSTAS OBTIDAS
Alimentação escolar	<p>“É um programa complementar a educação, que objetiva fornecer alimentação escolar para os alunos de toda a rede de ensino matriculados em escolas públicas [...]”.</p> <p>“É o programa responsável pela merenda (alimentação escolar)”.</p> <p>“Órgão do governo que cuida da alimentação escolar”.</p>
Merenda	<p>“Programa do Governo para garantir a merenda nas escolas”.</p> <p>“O PNAE dá mais autonomia para a escola gerir os recursos destinados à merenda escolar, o que é um fator importante para escola”.</p> <p>“Creio que é um programa governamental que visa à garantia da merenda escolar e mais liberdade para as escolas gerir estes recursos”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Constata-se no Quadro 6, que todos os respondentes entendem que o PNAE, apresenta função relacionada à alimentação ou merenda escolar.

Como informa Freire (2019), este programa promove maior contribuição no que se refere à distribuição das verbas relacionadas à alimentação dos alunos de escolas públicas, sendo que é a partir do PNAE, que o FNDE realiza a transferência de recursos para complementar as necessidades dos municípios em relação à alimentação nas escolas. Acerca da sétima categoria, trata-se do funcionamento do PNAE, na visão dos respondentes, sendo questionado da seguinte forma: “Na sua opinião ele (PNAE) funciona adequadamente”.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O artigo teve como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Quais os efeitos das políticas públicas educacionais no Centro Educacional Municipal Presidente Médici do município de Balneário Camboriú – SC?

Para responder a este problema de pesquisa, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: 1º) coletar elementos e informações que possibilitassem análise da realidade educacional e suas dificuldades; 2º) analisar se os dados e informações obtidos podem subsidiar políticas públicas e ações educacionais na gestão da educação; 3º) propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas.

Em relação ao primeiro objetivo específico, qual seja “Coletar elementos e informações que possibilitassem análise da realidade educacional e suas dificuldades”, foi elaborada uma pesquisa, sendo realizada inicialmente a coleta de material bibliográfico e posterior estudo de caso em uma escola pública, com a aplicação de questionário com 6 perguntas abertas a 10 professores e os dados foram analisados a partir da metodologia da análise de conteúdo.

No que diz respeito ao segundo objetivo específico, que se refere a “Analisar se os dados e informações obtidos podem subsidiar políticas públicas e ações educacionais na gestão da educação”, pode-se concluir que sim, pois em relação às políticas públicas FNDE, FUNDEB, PNAE e PDDE, os professores entendem que o primeiro tem o papel de promover recursos para a educação e o segundo de valorizar os professores e ambos são direcionados a educação básica para melhorá-la, sendo que em relação ao PNAE, a maioria acredita que funciona bem e não há falta de merenda e acham que a evasão escolar é devida ao turismo e falta de envolvimento da escola com a comunidade, afirmando ainda que a escola não sofre sucateamento, mas consideram indignos os salários recebidos, acreditando que o PDDE é um programa importante.

Referente ao terceiro objetivo específico que foi “Propor possíveis soluções a partir dos resultados no que concerne aumentar a quantidade e qualidade do atendimento nas escolas públicas”, pode-se dizer que existe a necessidade de avaliações mais precisas sobre estes programas, haja vista que a maioria acredita que as verbas são insuficientes, afirmando que a escola onde atuam no momento não sofre sucateamento, mas há necessidade de melhorias para que este não ocorra e acreditam que estes programas não têm agido de forma efetiva. Desta forma, este artigo atingiu seu objetivo geral, qual seja, “Contribuir para a compreensão das políticas públicas educacionais e seus efeitos na qualidade do ensino público e agregar ao debate questões vividas pelos professores pela institucionalização das

ações inerentes a estas políticas”. Convém destacar que este trabalho não esgotou o assunto, sendo necessário que novos estudos sejam realizados, no intuito de se entender com maior profundidade, as visões dos professores acerca do desempenho efetivo do FNDE e do FUNDEB.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. L. R.; SILVA, E. A. P. O papel das políticas públicas na promoção de uma educação básica de qualidade. **Seminário Gepraxis**, 2017, v.6, n.6, p.1-19.

ADAIDA, G. O. Políticas educacionais e a qualidade da educação nos municípios fluminenses: alguns recortes. **Ava. Pol. Públ. Educ**, 2014, v.22, n.83, p.411-442.

BOGDAN, R. C.; BILKEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BARONE, R. E. Educação e políticas públicas: questões para o debate. **Núcleo de Gestão Pública – UNIEMP**, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRAGA, M. V. A. O controle social da educação básica: a atuação dos conselheiros do FUNDEB. 2011. 17f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação) – Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2011.

CASTRO, J. A. Avaliação do processo de gasto público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Brasília: Planejamento e Políticas Públicas, 2001.

COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Rev. Adm. Pública**, 2008, v.42, n.5, p.829-874.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, 2011, v.7, n.7, p.251-266.

DANTAS, E. A.; SILVA, C. D.; CARDOSO, N. L.; SILVA, S. L.; CARBONESI, M. A. R. Compreendendo o plano de desenvolvimento da educação (PDE) na perspectiva da análise do discurso. **Educere**, 2015, p.1-10.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, 2011, v.45, n.3, p.813-836.

FREIRE, A. N. As políticas públicas de educação no Brasil recente: um novo olhar sobre a educação do município de Ruy Barbosa. **Revista Hipótese**, 2019, v.5, n.1, p.2-12.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA, M. V. M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da USP**, 1997, v.32, n.3, p.97-109.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 1996.